

PEQUENOS NEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO

NOTA CONJUNTURAL • FEVEREIRO DE 2014 • Nº29



PANORAMA GERAL

Esta Nota Conjuntural tem como objetivo explorar a conexão dos pequenos negócios¹ com o desenvolvimento socioeconômico no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). A ideia é investigar a relação entre a participação e qualidade dos pequenos negócios e o nível de bem-estar, medido por indicadores de renda, pobreza e desigualdade. Por exemplo, nos estados com maior peso dos pequenos negócios no emprego, deve-se esperar que a renda mensal domiciliar *per capita* seja alta ou baixa? E no que diz respeito à porcentagem de pobres² e ao Coeficiente de Gini³?

Para tanto, é feita uma análise da correlação⁴ entre a quantidade e qualidade dos postos de trabalho nos pequenos negócios e os indicadores de bem-estar nos 26 estados do país mais o Distrito Federal e nas 92 cidades do ERJ. A fonte das informações sobre os indicadores dos pequenos negócios é a Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2012. Os dados sobre bem-estar dos estados brasileiros provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) desse mesmo ano, enquanto os referentes aos municípios fluminenses são do Censo Demográfico de 2010, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1. Foram considerados pequenos negócios os estabelecimentos industriais e da construção civil com até 99 ocupados e as empresas agropecuárias, de comércio e de serviços que empregam, no máximo, 49 pessoas.

2. Para o cálculo desse indicador, foi construída uma linha de extrema pobreza regionalizada. Seu valor representa os custos de uma cesta básica alimentar que contempla as necessidades de consumo calórico de um indivíduo. Uma pessoa é considerada pobre se vive num domicílio cuja renda mensal per capita é inferior ao dobro dessa quantia. A pobreza num estado ou município equivale à proporção de pobres no total da população.

3. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda que varia de 0 a 1. Quanto mais alto o coeficiente, maior a concentração de renda, sendo 1 a desigualdade total.

4. A correlação mede a força e a direção em que duas ou mais variáveis estão relacionadas. Ela vai de -1 a 1 e, quanto mais próxima de zero, menor é a relação existente entre as variáveis. Um sinal positivo indica que as variáveis se movem juntas; e um sinal negativo, que vão em direções opostas. É importante ter em mente que correlação não implica causalidade: o fato de duas variáveis serem correlacionadas não significa que uma seja decorrência da outra. Por exemplo, se a renda tem correlação positiva com a participação dos pequenos negócios no emprego formal, isso não quer dizer, necessariamente, que os estabelecimentos de pequeno porte levem a uma renda mais alta. Pode haver outros fatores que afetem ambos, como a estrutura econômica ou a escolaridade da população.

Em 2012, havia 265,6 mil pequenos negócios no ERJ⁵, o equivalente a 97% do total dos estabelecimentos⁶. Somente 37% dos empregados formais fluminenses trabalham em pequenos negócios, porcentagem abaixo da verificada em todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Seu salário médio, de R\$ 1.387, é o terceiro mais alto do país, mas não chega à metade do pago aos trabalhadores de médias e grandes empresas. Por conta disso, o ERJ apresenta o quarto maior diferencial salarial por porte dos estabelecimentos entre os estados brasileiros.

Esta Nota está organizada da seguinte forma: primeiramente, analisa-se a relação entre os pequenos negócios e os indicadores de bem-estar no país, com o intuito de comparar o comportamento do ERJ com o dos demais estados brasileiros. Em seguida, esse exercício é replicado para os municípios fluminenses, visando compreender a dinâmica intraestadual.

PEQUENOS NEGÓCIOS E BEM-ESTAR NOS ESTADOS BRASILEIROS

Apesar da alta renda mensal domiciliar *per capita* no ERJ (de R\$ 1.026 em 2012, a quarta no *ranking* nacional), o percentual de pobres no estado, de 15%, é inferior apenas ao observado nos estados nordestinos e nortistas. Tal resultado se deve à grande desigualdade existente no ERJ, onde o Coeficiente de Gini correspondeu a 0,529 em 2012, o sétimo mais alto do Brasil. Nesta seção, investiga-se a associação desses indicadores com o peso dos pequenos negócios no emprego formal.

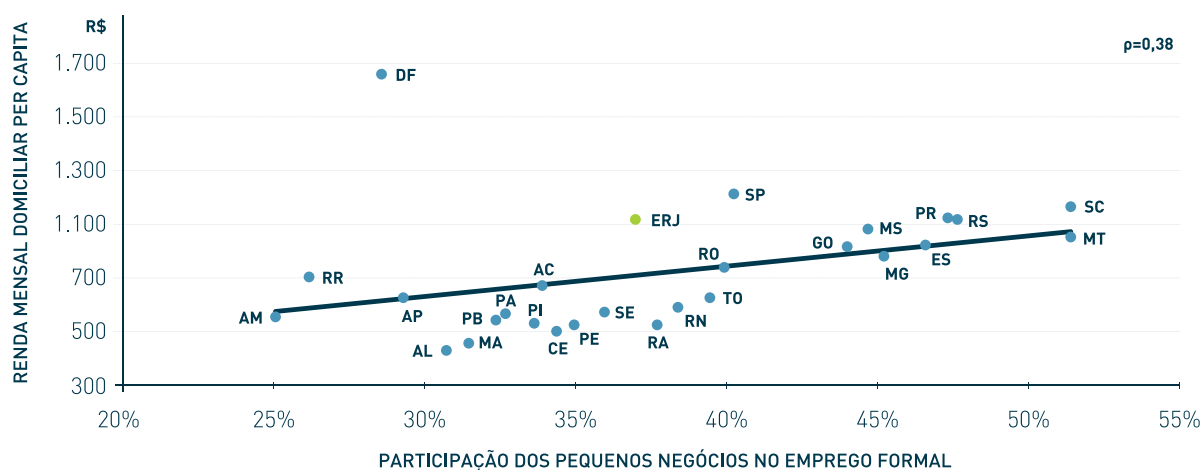
No Gráfico 1, é possível constatar que a renda *per capita* possui uma relação direta com a participação dos pequenos negócios no total de postos de trabalho. Ou seja, quanto maior a porcentagem de pessoas empregadas em estabelecimentos desse tipo num estado, maior é sua renda mensal domiciliar *per capita*. No canto superior direito, representado pela letra grega ρ (rho), está o grau de correlação (0,38).

5. Não estão sendo considerados os estabelecimentos que declararam a RAIS negativa, ou seja, que não possuíam empregados e/ou mantiveram suas atividades paralisadas durante o ano-base. Em consonância com os demais trabalhos do **Observatório Sebrae/RJ – Os Pequenos Negócios em Foco**, optou-se por essa abordagem por não ser possível diferenciá-los. O número de empresas formais é significativamente mais alto se incluída a RAIS negativa e foi igual a 542,6 mil no ERJ em 2012.

6. Como esse percentual varia muito pouco entre os estados, equivalendo a 97% ou 98% – exclusive no Amazonas (94%) e no Amapá (96%) –, esse indicador não foi utilizado na análise a seguir.

Os estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste têm maior participação dos pequenos negócios no emprego e renda mais elevada. No Nordeste, esses indicadores são menores. No Norte, o peso dos estabelecimentos de pequeno porte varia de muito baixo a mediano. A renda domiciliar *per capita* nessa região tende a ser um pouco mais alta do que no Nordeste.

GRÁFICO 1 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA NOS ESTADOS BRASILEIROS FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



A exceção é o Distrito Federal (DF), que, por ser a capital do país, tem o governo federal, autarquias e empresas públicas, entre outros, como importantes empregadores. Com efeito, a correlação entre a participação dos pequenos negócios no emprego formal e a renda *per capita* se torna bem mais alta se o DF for excluído da análise, passando a 0,74. Todavia, o padrão percebido no Distrito Federal pode ajudar a elucidar o que acontece no ERJ, visto que o Município do Rio de Janeiro (MRJ), antiga capital nacional, tem grande peso na economia do estado. É sabido que diversas instituições federais permaneceram na cidade, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a Petrobras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) etc.

A renda *per capita* fluminense é elevada (R\$ 1.026), especialmente para o nível de participação dos pequenos negócios no emprego formal no estado (37%). Enquanto no Estado do Rio de Janeiro a renda é inferior apenas à registrada no Distrito Federal

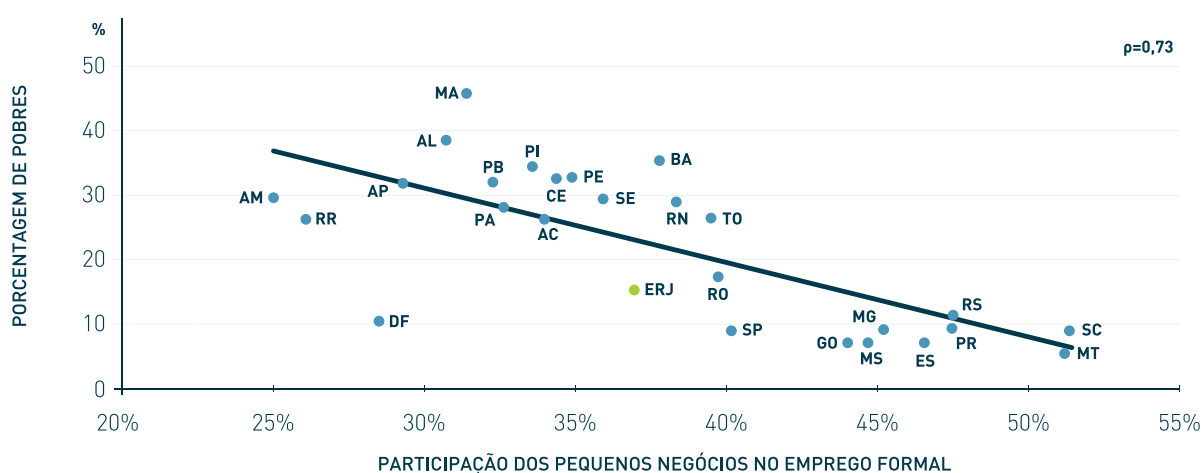
(R\$ 1.655), em São Paulo (R\$ 1.134) e em Santa Catarina (R\$ 1.080), nos estados em que o percentual de trabalhadores nos pequenos negócios é parecido com o do ERJ, como Bahia (38%) e Sergipe (36%), cada pessoa vive com pouco mais da metade da quantia disponível para cada fluminense.

Assim, a alta renda no ERJ, no patamar da observada nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, contrasta com o baixo peso dos pequenos negócios no emprego, próximo ao verificado no Norte e no Nordeste do país, indicando que a geração de renda tem se dado por outra via no estado.

A relação entre a pobreza e a porcentagem de empregados formais nos pequenos negócios é apresentada no Gráfico 2. Nesse caso, nota-se que nos estados em que há maior participação dos pequenos negócios no emprego o percentual de pobres é menor, evidenciando uma relação inversa entre os dois indicadores. A correlação é mais forte do que com a renda e equivale a -0,73. Se o Distrito Federal não for considerado, ela cai ainda mais, para -0,82.

Destaca-se a posição dos estados no gráfico de acordo com sua Região Natural: no canto inferior direito, com elevada participação dos pequenos negócios e baixa pobreza, estão os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; já no alto, à esquerda, com baixa importância dos pequenos negócios e alto grau de pobreza, estão os das regiões Norte e Nordeste.

GRÁFICO 2 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E A PORCENTAGEM DE POBRES NOS ESTADOS BRASILEIROS FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



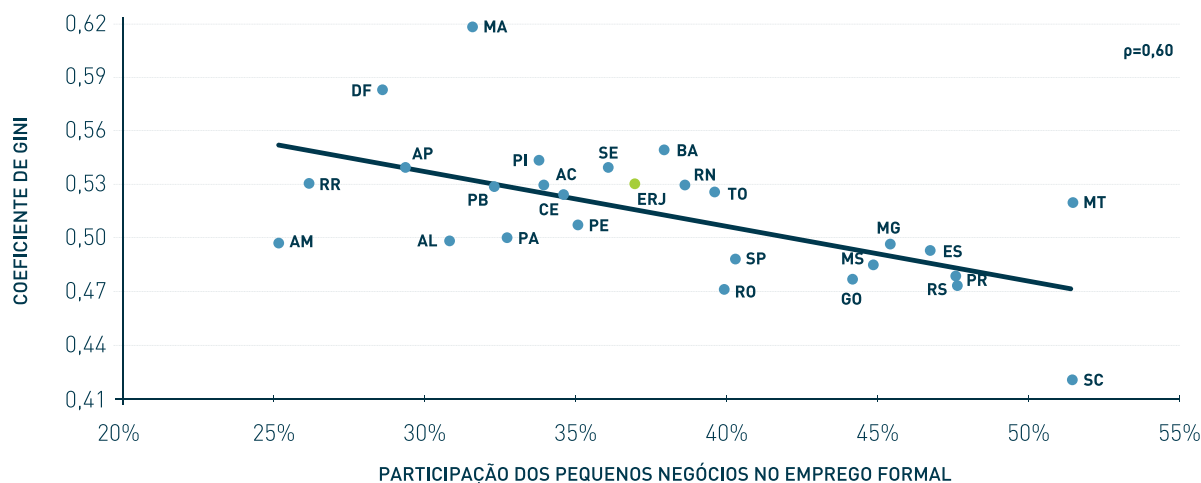
O Estado do Rio de Janeiro, mais uma vez, foge a esse padrão, assim como o Distrito Federal e Rondônia. O Gráfico 2 levanta indícios de que o baixo percentual de trabalhadores nos pequenos negócios contribui para que a pobreza no ERJ seja mais alta do que nos estados vizinhos. Embora a porcentagem de pobres no Estado do Rio de Janeiro, de 15%, seja menor do que nos estados com nível semelhante de participação dos pequenos negócios (provavelmente pela alta renda no ERJ), como na Bahia (35%) e em Sergipe (30%), ela é mais alta do que na maioria dos estados em que esse tipo de estabelecimento tem maior importância no emprego – com exceção da Bahia, do Rio Grande do Norte (29%), do Tocantins (26%) e de Rondônia (17%).

Constata-se que, da mesma forma que no ERJ, em todos os estados da Região Sudeste o percentual de pobres é menor do que o esperado, dada a importância dos pequenos negócios. Já no Nordeste, acontece o contrário. Portanto, apesar da forte correlação, há outros fatores do desenvolvimento que explicam essa relação.

O Gráfico 3 mostra a relação entre o Coeficiente de Gini e a participação dos pequenos negócios no emprego formal nos estados brasileiros. A reta negativamente inclinada aponta para uma situação em que os estados com maior participação dos estabelecimentos de pequeno porte possuem os menores índices de desigualdade de renda: a correlação entre as variáveis é de -0,6. De maneira geral, os estados das regiões Norte e Nordeste são mais desiguais do que os do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ressalta-se a altíssima desigualdade de renda no Maranhão (Gini de 0,616), ultrapassando o Distrito Federal (0,582) nesse indicador.

Nesse gráfico, o ERJ está praticamente em cima da reta, ou seja, sua alta desigualdade de renda (Gini de 0,529) é esperada dada a baixa participação dos pequenos negócios. Ainda assim, há diversos estados em que o índice de Gini é inferior ao fluminense, apesar de o percentual de empregados nos pequenos negócios também ser menor do que no Estado do Rio de Janeiro. Amazonas e Alagoas são exemplos disso. A participação dos pequenos negócios no emprego formal é de 25% e 31%, respectivamente, enquanto o Coeficiente de Gini equivale a 0,497 em ambos.

GRÁFICO 3 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E O COEFICIENTE DE GINI NOS ESTADOS BRASILEIROS FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.

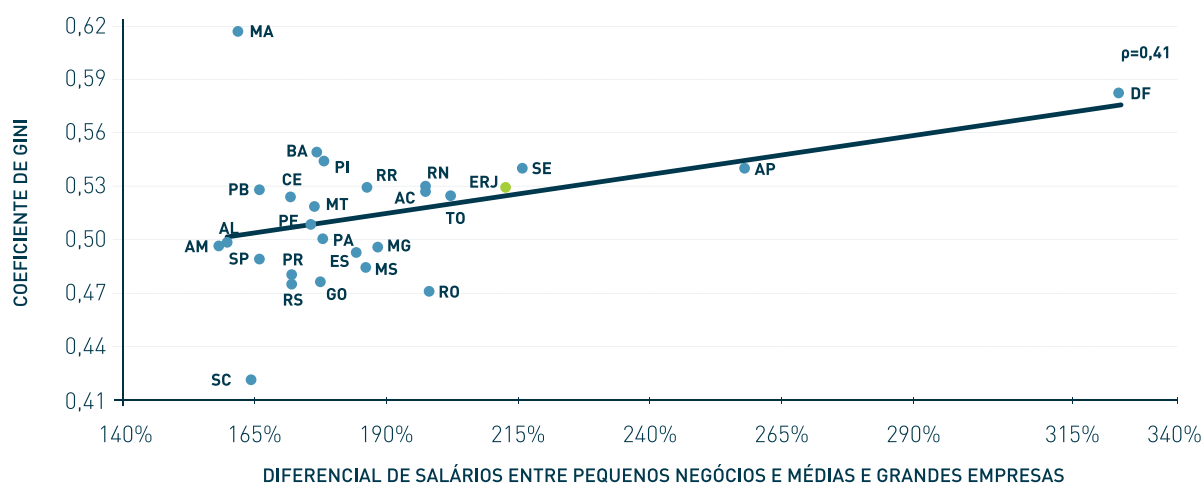


Para captar a qualidade dos postos de trabalho nos pequenos negócios, foi considerado seu diferencial de salários em relação aos empregos nas médias e grandes empresas. Como visto anteriormente, a remuneração média nos pequenos negócios fluminenses (R\$ 1.387) é alta quando comparada às auferidas no restante do país. Contudo, se esses rendimentos forem contrastados aos pagos nos estabelecimentos de maior porte no estado, a situação muda de figura. O ERJ apresenta o quarto maior diferencial salarial por tamanho das empresas do país, de 213%⁷. Ou seja, pessoas que trabalham em pequenos negócios ganham menos da metade do que as empregadas em firmas maiores. A partir do Gráfico 4, constata-se que elevadas diferenças de remuneração devido ao porte dos estabelecimentos estão associadas a altos níveis de desigualdade de renda (correlação de 0,41).

7. Em primeiro lugar, aparece o Distrito Federal (329%), seguido de Amapá (258%) e Sergipe (216%).

GRÁFICO 4 | RELAÇÃO ENTRE O DIFERENCIAL DE SALÁRIOS ENTRE PEQUENOS NEGÓCIOS E MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS E O COEFICIENTE DE GINI NOS ESTADOS BRASILEIROS

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



PEQUENOS NEGÓCIOS E BEM-ESTAR NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Aqui, a análise realizada na seção anterior é feita para os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Há grande variabilidade na proporção de empregos em estabelecimentos de pequeno porte no ERJ. Em Porto Real, somente 12% dos empregados trabalham em pequenos negócios. Já em Búzios, esse percentual corresponde a 70%. O Município do Rio de Janeiro possui a 18ª menor participação do estado, de 33%.

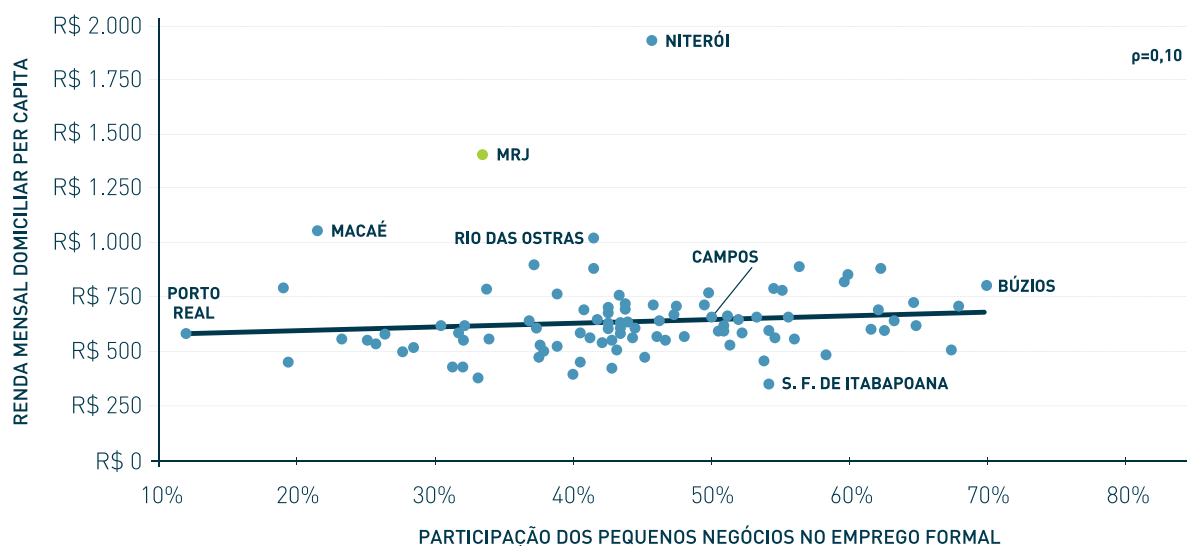
Em termos da magnitude da renda *per capita*, destacam-se os municípios de Niterói e São Francisco de Itabapoana, que apresentam, respectivamente, o maior (R\$ 1.938) e o menor (R\$ 353) valor registrado no estado. A renda na capital, de R\$ 1.414, também é bem superior à da maioria das cidades fluminenses⁸.

No Gráfico 5, evidencia-se a relação entre a renda mensal domiciliar *per capita* e a participação dos pequenos negócios no emprego formal. Assim como nos estados brasileiros, essas variáveis se movem juntas nos municípios do ERJ. Porém, a correlação intraestadual é mais fraca e equivale a apenas 0,1. É importante notar que a alta renda no MRJ e em Niterói não parece estar ligada à presença dos pequenos negócios, uma vez que ambos estão consideravelmente afastados da reta.

8. Apenas em Macaé e Rio das Ostras a renda mensal domiciliar *per capita* ultrapassa R\$ 1.000.

GRÁFICO 5 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E A RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

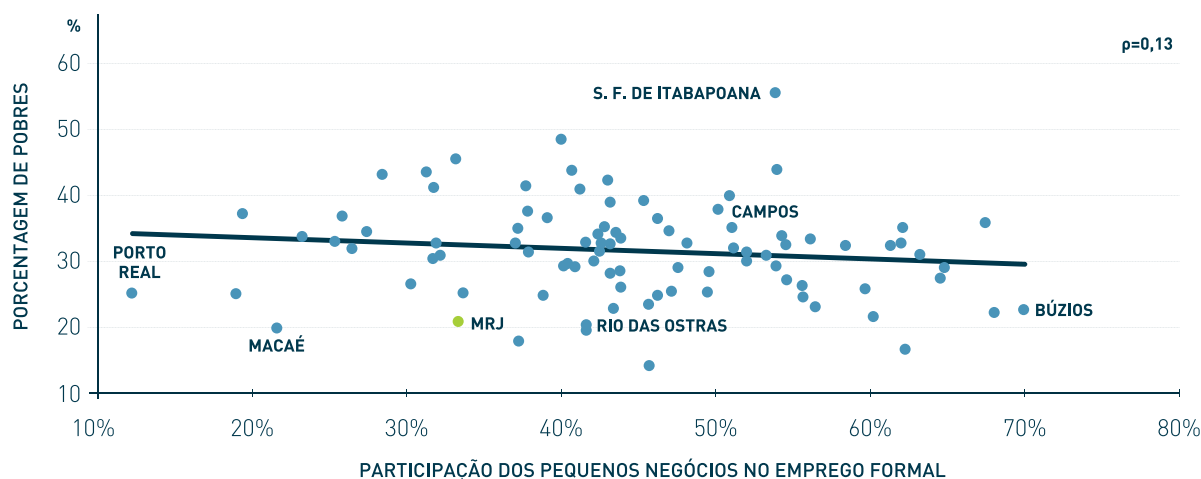
FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



No tocante à pobreza, mantém-se o ordenamento observado para a renda mensal domiciliar *per capita*: Niterói é o município com menor porcentagem de pobres (15%), enquanto São Francisco de Itabapoana possui a maior proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (56%) no estado. Apesar de um em cada cinco cariocas ser pobre, o MRJ está bem posicionado no *ranking* estadual, ocupando a sétima posição.

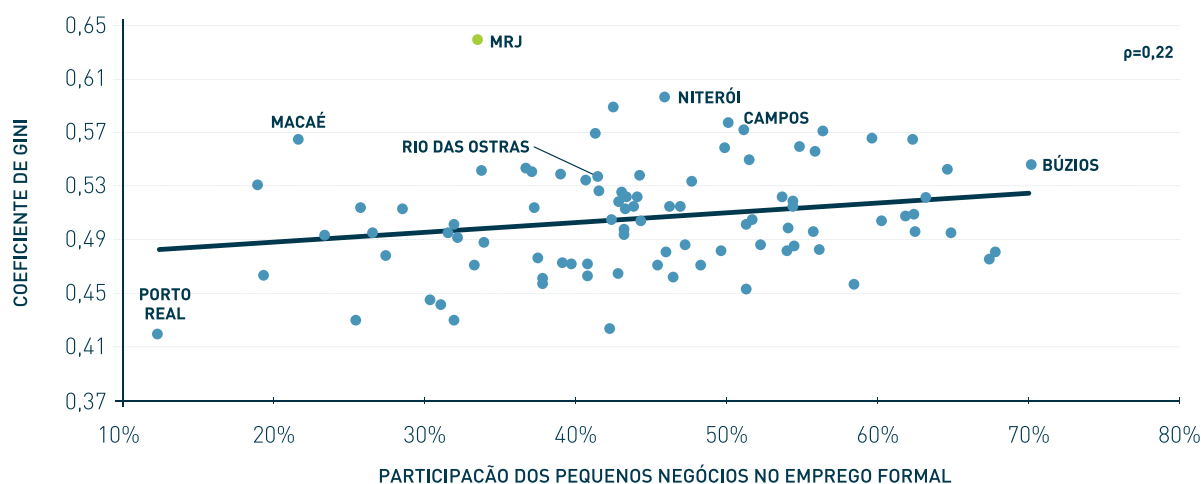
De acordo com o Gráfico 6, a relação entre a pobreza e a participação dos pequenos negócios no emprego formal também segue o padrão verificado no país: nos municípios em que há maior peso dos estabelecimentos de pequeno porte, a porcentagem de pobres é menor. Contudo, a correlação nos municípios fluminenses, de -0,13, é substancialmente menor do que nos estados brasileiros.

GRÁFICO 6 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E A PORCENTAGEM DE POBRES NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



Ao analisar a relação entre o Coeficiente de Gini e a proporção de empregados formais que trabalham em pequenos negócios, entretanto, há uma importante diferença em comparação ao que havia sido constatado em âmbito nacional. Como pode ser visto no Gráfico 7, a desigualdade de renda é positivamente correlacionada com a participação dos estabelecimentos de pequeno porte nos municípios do estado.

GRÁFICO 7 | RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO EMPREGO FORMAL E O COEFICIENTE DE GINI NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



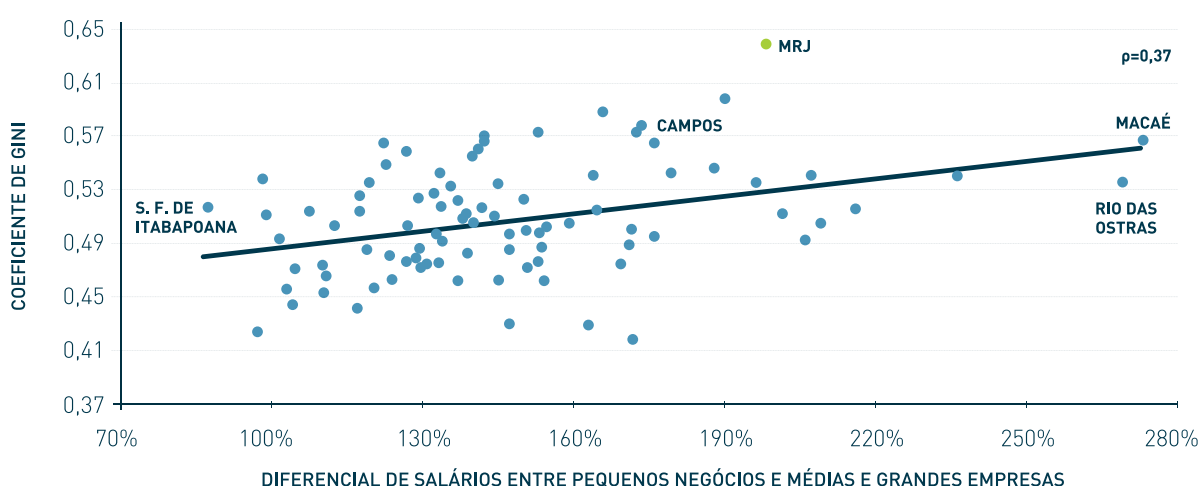
Como reflexo disso, Porto Real, que é o município fluminense onde os pequenos negócios têm menor peso no emprego, é também o que possui o menor índice de Gini, de 0,419. Niterói tem o segundo maior Coeficiente de Gini no estado, de 0,597, Campos dos Goytacases, o terceiro (0,578) e Macaé, o oitavo (0,566). A desigualdade de renda no Município do Rio de Janeiro é elevadíssima: 0,639. Diante da proporção de pessoas empregadas em estabelecimentos de pequeno porte, seria esperado um Gini bem menor na capital. De fato, a correlação entre a importância dos pequenos negócios e a desigualdade no ERJ, de 0,22, não é alta.

Finalmente, para contemplar a qualidade dos postos de trabalho nos pequenos negócios fluminenses, considerou-se a relação entre o diferencial salarial por tamanho dos estabelecimentos e a desigualdade de renda no ERJ. Apesar da inversão na correlação entre o Coeficiente de Gini e a participação dos pequenos negócios no emprego, altos diferenciais de remuneração continuam associados a maiores níveis de desigualdade no ERJ (Gráfico 8).

O Município do Rio de Janeiro está distante da reta, indicando que apenas parte de sua alta desigualdade de renda está relacionada à diferença de salários entre pequenos negócios e médias e grandes empresas, que corresponde a 199%. Macaé apresenta o maior diferencial do estado (274%), seguido de Rio das Ostras (270%), provavelmente por conta da indústria do petróleo. Já em São Francisco de Itabapoana, os estabelecimentos com mais empregados pagam 14% a menos do que os de pequeno porte. Vale lembrar que esse é também o município com menor renda e maior porcentagem de pobres no estado.

GRÁFICO 8 | RELAÇÃO ENTRE O DIFERENCIAL DE SALÁRIOS ENTRE PEQUENOS NEGÓCIOS E MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS E O COEFICIENTE DE GINI NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS / MTE e da PNAD / IBGE.



EM RESUMO

Nesta Nota, examinou-se a relação entre alguns indicadores de bem-estar e a participação dos pequenos negócios no emprego formal. Para contemplar a qualidade dos postos de trabalho nos estabelecimentos de pequeno porte, foi usado seu diferencial salarial em comparação com as médias e grandes empresas.

Tanto nos estados quanto nos municípios, a renda mensal domiciliar *per capita* é positivamente correlacionada com a participação dos pequenos negócios no emprego formal. O inverso ocorre com a pobreza: nos locais em que há maior importância dos estabelecimentos de pequeno porte, o percentual de pobres é menor.

No tocante à desigualdade de renda, observa-se uma relação negativa com o peso dos pequenos negócios no emprego nos estados brasileiros. Dada a reduzida importância desse tipo de empresa no mercado de trabalho fluminense, prover um ambiente mais propício ao microempreendedorismo, estimulando a geração de empregos nos pequenos negócios, pode ser uma forma de reduzir os altos índices de pobreza e desigualdade no estado.

No entanto, a relação do Coeficiente de Gini com a participação dos pequenos negócios no emprego formal é positiva nas cidades fluminenses. Esse resultado, somado às fracas correlações encontradas nos municípios mesmo quando os sinais foram semelhantes aos verificados nos estados, indica que é necessário maior cuidado ao estudar a conexão entre esses indicadores.

Por outro lado, o grau de correlação entre a qualidade dos pequenos negócios e a desigualdade nos municípios é semelhante ao apresentado nos estados (0,4), em termos de sua direção e de sua força. Elevados diferenciais de salários entre pequenos negócios e médias e grandes empresas estão associados a altos Coeficientes de Gini, tanto nos estados do Brasil quanto nos municípios do ERJ.

Em suma, estados com maior participação dos pequenos negócios no emprego formal apresentam melhores níveis de bem-estar em termos de renda, pobreza e desigualdade. Já na análise dos municípios do ERJ, a relação mais forte parece ocorrer entre a qualidade dos pequenos negócios e a desigualdade de renda.

A maior presença das médias e grandes empresas está associada à estrutura dos setores impulsionadores da economia fluminense, que pagam salários muito mais altos que os pequenos negócios, gerando uma dinâmica mais concentradora de renda. O caso da indústria de petróleo é emblemático, com maior diferencial salarial e maior Gini em Macaé. É necessário oferecer alternativas a esse modelo de desenvolvimento. Nesse contexto, apostar nos pequenos negócios parece não apenas plausível, mas também promissor para o desenvolvimento do ERJ.

E MAIS...

- Existe uma correlação negativa entre a participação dos pequenos negócios no emprego formal e a taxa de desemprego nos estados brasileiros. O mesmo ocorre quando considerada a informalidade no mercado de trabalho (proporção de trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira de trabalho assinada no total de ocupados).
- Já os rendimentos do trabalho e a taxa de atividade (porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais de idade ocupadas ou buscando emprego) são positivamente correlacionados com a importância dos estabelecimentos de pequeno porte no país.